ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS № XX/2021 PROCESSO № 59500.002065/2021-34-e

DESENVO empresa social por Decreto n - SGA/No 00.399.85 Diretor-Pr 083.742.7 Brasília/D nº 7.892/2 Regulame aplicáveis Registro o Preços — inclusão p Estado do no Diário às fls.	dias do mês de DLVIMENTO DOS VALE pública federal criada por força da Lei nº 9.954, e o 3.604, de 20 de setemente, Quadra 601, Composido de Codevas for esidente da Codevas fo	ela Lei nº 6. de 06 de jandro de 2000 njunto I, Brandro de 2000 njunto I, Brandro de de la	FRANG 088, comeiro do comeiro do casília- casilia- casado, F 008, nº 10.5 Decre COD costa	CISCO E Dode 16/07/19/de 2000 e do sede no Sed no Sede no Sed	O PARNA 74, com a o seu Esta etor de Gra o no CN elo Andra da Carteira , resident reto no 10. /2015, Le das dema a no Preg por Siste a implan de atuaçã cujo resu a da COD LVE regis	ÍBA - Catual de atual de andes / IPJ/MF de Mo a de Id e e dor 024/20 i nº 13. ais nor gão Eletação de tação de EVASF etrar os	enominaç aixado p Áreas No sob o reira Pir entidade niciliado 19, Decr 303/201 mas leg etrônico Registro de ações codevasf oi publica c, consta s preços	SF, ão ente no, no ento e e e e e e e e e e e e e e e e e e e
[]°	, E-Mail,	(nacionalida	, ı ıde)	representad	ia poi se . (estac	do civ	, il)	SI.
residente	e domiciliado em				, RG nº		, C	PF
nº		_, atendend	o às	condições	prevista	s no	instrume	nto
	ório e às constantes des ens elencados abaixo, co							ade
Valor tota	al da Ata, conforme ite	ns a seguir	discri	minados: F	R\$			
()							
ITEM Nº	DESCRIÇÃO	UNID	ADE	QUANT	VAI		VALOR TOTAL	

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a **CODEVASF** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos materiais ou implementos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração pública que estejam enquadradas no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no **Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº XX/2021** e seus anexos.

4 - DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes devidamente comprovadas, as situações previstas no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/2016 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela CODEVASF, o fornecedor beneficiário será convocado pela **CODEVASF** para negociação do valor registrado em Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fornecedor Beneficiário da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

Por iniciativa da CODEVASF:

- a) Sofrer sanção prevista no art. 38 ou inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não mantiver as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;



- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a **CODEVASF** fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela **CODEVASF** em conformidade com o disposto no item 21 do Edital.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no item 24 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente Regional da **CODEVASF**, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por	Registro de	Preços I	<mark>nº XX/20</mark> 21,
seus anexos, e a proposta da empresa:		classif	ficada em 1º
lugar no certame supramencionado.			

O Foro da Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa/BA, Seção Judiciária da Bahia-TRF/1ª Região, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e demais normas aplicáveis.

Brasília-DF	de	de 2020

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente CODEVASF

REPRESENTANTE: EMPRESA